



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Audiência Pública.	REUNIÃO Nº: 1748/17	DATA: 21/11/2017	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões.	INÍCIO: 16h53min	TÉRMINO: 18h09min	PÁGINAS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SÂMIA BOMFIM - Vereadora do PSOL do Município de São Paulo.
JOÃO CARLOS DA COSTA MEIRA - Educador da rede pública em São Paulo.

SUMÁRIO

Debate sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.

Houve intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Freire) - Boa tarde a todos.

Nos termos regimentais, declaro aberta a 23^a Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e seus apensados.

Expediente.

Dou como lido os documentos recebidos referentes às movimentações dos membros da Comissão, por estarem consolidados na página da Comissão.

Ordem do Dia.

Esta reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 50 do Regimento Interno.

Neste momento, gostaria de convidar, para que componha a Mesa, a Sra. Sâmia Bomfim, Vereadora do PSOL do Município de São Paulo, para a qual peço aplausos por gentileza. (*Palmas.*)

Também para fazer parte desta Mesa, chamo o Sr. João Carlos da Costa Meira, educador da rede estadual de educação de São Paulo, para o qual peço aplausos, por gentileza. (*Palmas.*)

Solicito a compreensão de todos no tocante ao tempo de exposição dos debates, conforme as seguintes orientações.

O tempo concedido a cada palestrante será de 20 minutos, não podendo haver apartes. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão restringir-se ao tema da exposição, formuladas no prazo de 3 minutos.

Aos Deputados são facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Concedo a palavra, por 20 minutos, à nossa querida Vereadora de São Paulo, a Sra. Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Boa tarde a todos e, especialmente, a todas, porque, devo dizer, a Câmara de Vereadores tem poucas mulheres, mas esta Câmara dos Deputados nos impressiona negativamente pela pouca quantidade de mulheres presentes. Acho que é muito importante saudar principalmente as



mulheres, que, apesar de tudo, ousam participar da política, acompanhar as discussões e estar presentes em todos os locais.

Eu sou Sâmia Bomfim, Vereadora da cidade de São Paulo, mas antes disso sempre fui militante feminista e militante do tema da educação. Eu comprehendo que o projeto Escola sem Partido surgiu no último período como uma resposta à evidente ascensão e crescimento do movimento secundarista que tem se expressado em todo o País.

No meu Estado, por exemplo, no final de 2015, os estudantes ocuparam mais de 200 escolas, em 2 meses. E esse processo foi muito interessante. Se os senhores não puderam acompanhar, aconselho que acompanhem e que procurem entender um pouco o que foi essa história, porque ela mostra o potencial de organização, de luta e de rebeldia da nossa juventude. E isso é fundamental para qualquer perspectiva de transformação do nosso País.

Por estarem na vida política, os senhores bem sabem o quanto é necessário que as próximas gerações se apoderem da política para poder transformá-la. O processo de ocupação das escolas foi interessantíssimo, porque ousava questionar todos aqueles poderosos e todos aqueles de poder autoritário que impediam a possibilidade de viver a educação e viver a escola em toda a sua plenitude. Foi uma verdadeira aula.

Nesse contexto, surgiu a proposta da Escola sem Partido. No meu ponto de vista, esse projeto tem como objetivo impor um pensamento único dentro das escolas. A princípio, ele se coloca como um projeto que visa impedir a manifestação de esquerdistas, de marxistas e todos esses termos que os senhores costumam utilizar, mas, na verdade, visa impor a censura nas escolas.

Vou contar um caso que aconteceu na cidade de São Paulo este ano. Existe um Vereador, que inclusive é coautor, no âmbito municipal, do projeto Escola sem Partido, que no início do ano resolveu, por si mesmo, visitar algumas escolas para fiscalizar o conteúdo que os professores estavam aplicando na sala de aula. Ele queria fiscalizar se os coordenadores e os diretores, segundo ele dizia, estavam aplicando doutrinação nas escolas.

Os defensores do projeto Escola sem Partido costumam dizer que, na verdade, o seu objetivo é simplesmente garantir a liberdade dos alunos na sala de



aula, garantir a neutralidade da educação — inclusive, o Sr. Nagib, que está aqui presente, disse isso reiteradas vezes num debate na *TV Cultura*, a que eu pude assistir. No entanto, se é para garantir a liberdade e a neutralidade, para que se utilizar de um expediente como esse? Agir dessa forma é inclusive superar o papel do próprio Vereador, é um desvio de função e desvio de poder, porque usou da autoridade parlamentar para ir até as escolas tentar censurar e constranger os professores na sala de aula.

Naquele momento, o tema da Escola sem Partido surgiu com força na Câmara de Vereadores, mas devo dizer para os senhores que o projeto está completamente paralisado. Houve uma revolta popular tão grande de professores, professoras, estudantes, pais e mães de alunos por causa dessa postura autoritária e de censura por parte desse Vereador que na cidade de São Paulo, a maior e principal cidade do País, o projeto tem muita dificuldade de avançar.

Em algumas Câmaras de Vereadores do Estado de São Paulo o projeto foi aprovado, mas em instâncias superiores foi vetado, por ser um projeto inconstitucional. Em todos os lugares em que foi adiante, quando chega às instâncias superiores, ele é barrado. É por isso que esta Comissão é muito importante. Mas saibam que, se for aprovado aqui, o projeto será barrado posteriormente, porque tem uma série de quesitos que são inconstitucionais, como foi julgado por uma série de Câmaras do País.

O projeto Escola sem Partido já começa com muita desonestade. O seu título é absolutamente desonesto. Qual é o cidadão que vai querer que nas escolas exista organização de partidos políticos? Eu, por exemplo, detestaria que o meu filho ou a minha filha estudasse numa escola que tivesse núcleos e comitês de base do PMDB, ou do PSC, por exemplo. Deus me livre de um filho meu se envolver no ambiente escolar com partidos políticos como esses! No entanto, camaradas, o título é desonesto porque os senhores tentam lidar com a desconfiança e o sofrimento do povo brasileiro. O que os pais e mães brasileiros esperam das escolas? Esperam que sejam lugares seguros em que seus filhos possam ter aulas, não ter aulas vagas, merenda de qualidade, educação de qualidade. Ninguém quer que a escola seja um espaço daquilo que vocês chamam de “doutrinação”.



Acontece que os senhores fazem os pais e mães de alunos acreditarem que o problema da educação está nos supostos professores esquerdistas. Não, senhores. O problema da educação no Brasil é, em boa parte, culpa dos senhores. Sabem por quê? Porque são os senhores que votam o Orçamento no final de todos os anos e nunca priorizam a Pasta da Educação. São os senhores, por exemplo, que aqui na Câmara dos Deputados aprovaram a PEC 55 — aprovada inclusive no Senado —, que congela por 20 anos os investimentos nas áreas sociais, dentre elas a educação.

Por exemplo, no meu Estado, os Parlamentares tucanos desviaram a merenda das escolas. É isso mesmo. Fizeram as crianças passarem fome nas escolas para encherem os bolsos de dinheiro, como costuma acontecer muitas vezes inclusive nesta Casa.

Então, os senhores querem que a desconfiança da população recaia sobre os professores, e não sobre os senhores, que são os principais responsáveis pelos desmandos na nossa Nação, que são os principais responsáveis pela situação degradante em que, infelizmente, as nossas escolas estão, em todo o País.

Os senhores sabem, por exemplo, que aqui em Brasília uma criança desmaiou de fome na escola, não sabem? Os senhores sabem que nas escolas de São Paulo, por exemplo, bibliotecas, brinquedotecas e salas de aula estão sendo fechadas e faltam professores? E o Prefeito ainda quer dar ração para as crianças comerem no lugar das merendas.

A culpa pelo fato de a situação das escolas não ser como deveria, de não atenderem à expectativa das mães e dos pais brasileiros, infelizmente, é dos senhores, não é dos professores, que, com muito custo e apesar de serem sistematicamente ignorados pelos governantes, conseguem brilhantemente desempenhar o seu papel nas salas de aula.

Colegas, a educação é várias coisas, dentre elas, um processo de apropriação da cultura. E como cultura vocês podem entender tudo o que o homem produz. Por exemplo, as Ciências, a Matemática, o Português, a Biologia, entre tantas outras. O papel do aluno na sala de aula — e nisto vocês têm razão — é o de aprender, e o do professor não é somente o de ensinar, mas também o de estimular o processo de aprendizado, o processo pedagógico.



Isso não sou eu que estou dizendo, são as principais faculdades de Pedagogia no Brasil, entre elas a Faculdade de Educação da USP, na qual felizmente eu pude estudar E, para isso, colegas, os professores podem se utilizar de todo e qualquer expediente de que necessitarem. Podem se utilizar do *funk*, da música clássica, da música erudita, de jogos, de lápis, de caneta, de papel.

Os professores precisam de liberdade pedagógica para exercer a sua função. Isso não é somente um princípio constitucional, como os senhores devem saber, é também um princípio para qualquer tipo de aprendizagem na sala de aula, é um princípio para que todo e qualquer professor possa desempenhar a sua função, a função pela qual é pago, a função para a qual estudou e à qual se dedica por tantos anos da sua vida.

Muitas vezes nós identificamos o professor como um herói. Afinal de contas, não é fácil encarar tanta dificuldade e tanto descaso e, ainda assim, conseguir dar aula. Mas o professor não é só um herói, ele é também um profissional e deve ser considerado como tal. Para isso, ele precisa, sim, de todos os instrumentos e de liberdade pedagógica. Não pode existir nenhum tipo de censura para os professores desempenharem o seu papel.

Com o projeto Escola sem Partido, vocês supostamente miram os que chamam de “esquerdistas”, mas acabam acertando todo e qualquer professor. Se você cerceia qualquer tipo de possibilidade de ensino na sala de aula, de prática pedagógica, nem o Português, nem a Matemática, nem a Física, da forma como vocês gostariam que seus filhos aprendessem e que merecem aprender, vão chegar ao conhecimento do conjunto dos alunos.

O Sr. Miguel Nagib muitas vezes disse que os defensores do projeto Escola sem Partido são papagaios da Constituição. Eu pude ver mais de uma entrevista do senhor, e o senhor disse isso. Na verdade, não. São pessoas que distorcem conceitos constitucionais. Se o objetivo fosse somente o de garantir que a Constituição fosse aplicada, para que fosse consolidada no País, ora, não seria preciso um PL simples como este.

Na verdade, a Constituição, no projeto Escola sem Partido, é mutilada em alguns aspectos. Por exemplo, a Constituição estabelece que haja pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas no âmbito acadêmico. O projeto Escola sem



Partido simplesmente tira o termo “concepções pedagógicas”, mantém somente o termo “pluralismo de ideias”.

Outro tema: a Constituição estabelece, por exemplo, a liberdade de aprender do aluno, mas também estabelece a liberdade de ensinar, de pesquisar e de divulgar os saberes. No entanto, o projeto Escola sem Partido tira essa segunda parte, só fala sobre a liberdade de aprender do aluno. Isso é um preceito mínimo para a constituição da educação. A educação é um processo de ensinar e de aprender concomitantemente. Um não existe dissociado do outro.

Então, o que os senhores estão pretendendo com um projeto como esse, na verdade, é a distorção completa do que é a educação e do que é qualquer possibilidade de educação, de ensino, de aprendizagem e de consolidação das escolas.

Querem também criar uma dicotomia entre as famílias e os professores. Em vez de estimularem a participação de pais e mães nas decisões das escolas, através, por exemplo, das APM, de instrumentos como esse, querem fazer com que os pais desconfiem cada vez mais do papel dos professores. E também querem criar uma dicotomia entre aluno e professor, embora um não exista sem o outro.

Aliás, senhores, se as escolas fossem assim tão dominadas pelos marxistas, se fossem tão dominadas pelos esquerdistas, como a sociedade elegeria uma Câmara dos Deputados como esta, lotada de senhores absolutamente conservadores e reacionários?

Eu pude participar um pouco da discussão em torno da PEC 181, com a qual boa parte dos senhores quer garantir que as mulheres sejam obrigadas a carregar filhos de estupradores no ventre, até que os filhos nasçam, que elas sejam obrigadas a ter essa sina na sua vida. É disso que se trata a Câmara dos Deputados.

Nós vivemos numa sociedade em que os professores são doutrinadores? Ora, como nós temos um Parlamento como este?

Na sala de aula é necessário, como eu disse, utilizar qualquer tipo de instrumento — instrumento para falar a verdade, para falar exatamente o que aconteceu ao longo da história.



Eu vou citar a disciplina de História, apesar de eu ser formada em Letras, porque é a disciplina pela qual os senhores optam para sistematicamente atacar e estigmatizar os professores.

Por exemplo, se os professores de História não disserem que foi a luta dos operários que conseguiu consolidar uma série de direitos trabalhistas, que inclusive esta Câmara dos Deputados, recentemente, rasgou e jogou no lixo, se não contarem essa versão da história, vão mentir para os seus alunos. Se não contarmos, por exemplo, que foi a luta das mulheres que garantiu o direito ao voto, que, se as mulheres não tivessem lutado e se organizado e se mobilizado, não poderíamos nem votar, muito menos estar aqui presentes neste lugar, como eu felizmente posso estar neste momento.

Provavelmente, os senhores querem que os futuros professores não tenham liberdade para dizer a verdade, para falar criticamente e de uma forma reflexiva, para que os estudantes conheçam a verdade. Não querem que os professores leiam os futuros livros de História e falem para os seus alunos que o Presidente que não foi eleito, o Presidente ilegítimo do nosso País, só está no seu cargo porque os Deputados tiveram os seus bolsos cheios de dinheiro para mantê-lo no cargo de Presidente da República. Todo mundo sabe das malas e malas de dinheiro que ele intercepta e que há, muitas vezes, a atuação dos Srs. Parlamentares. Isso precisa ser dito para as próximas gerações, isso é um compromisso com a verdade, com os fatos e com a necessidade de os estudantes se formarem crítica e reflexivamente.

O projeto Escola sem Partido não é um projeto isolado, é um projeto que tem um viés ideológico, um viés de censura, mas que tem a ver também com um planejamento social, com o que se espera da nossa sociedade no futuro. O que eu quero dizer com isso? Parte dos Parlamentares acredita que os nossos cidadãos não precisam ter uma formação crítica e reflexiva, porque o mercado de trabalho que eles preparam para a futura geração, que hoje em dia está nas escolas, é o mercado de trabalho alienante, que os estudantes de hoje não precisam ser trabalhadores que pensem, que reflitam, que precisam ser simplesmente mão de obra maquinal e alienante.



É isso o que está acontecendo, por exemplo, com a reforma trabalhista que os senhores aprovaram. Tem a ver com o fato de fazer as nossas escolas ficarem cada vez mais sucateadas e cada vez mais precarizadas.

Se os senhores de fato estivessem muito preocupados com o futuro das nossas crianças, não fariam as aberrações que fazem no Congresso Nacional; não votariam pela permanência do Presidente Michel Temer, por exemplo; não destinariam um montante imenso para o pagamento da dívida enquanto viram as costas para a educação; não tratariam os professores, nos seus Municípios e no seu Estado, da forma como tratam, sem reajuste salarial há muitos anos; não tratariam as escolas da forma como tratam, nas quais falta inclusive merenda; não utilizariam os seus cargos para a manutenção dos seus Poderes, enquanto o conjunto da população padece, sem nenhum tipo de atenção, porque não haver nenhum tipo de investimento prioritário nas áreas sociais.

Vão seguir existindo, sim, professores com diferentes ideologias, com diferentes pontos de vista, em todas as escolas do Brasil. E vão existir, sim, professores com liberdade pedagógica, que se utilizam de todo e qualquer método e falam de todo e qualquer assunto, porque isso é um princípio para garantir qualquer condição mínima para a educação.

E àqueles que insistem em tentar desenvolver o projeto Escola sem Partido eu vou dizer: “*Gente, desculpe-me, mas dinheiro público não cai de árvore*”. Uma Comissão como esta, que despende tanto dinheiro com tantas reuniões, com tantos servidores, na verdade nem deveria existir, porque os senhores sabem que um projeto como este, mais para a frente, vai ser barrado, por ser inconstitucional.

Nós deveríamos estar debatendo aqui de que forma vamos melhorar a qualidade das escolas; de que forma vamos garantir que a merenda chegue ao prato das crianças e não seja desviada ; de que forma vamos garantir uma boa formação e educação para os professores em todos os Estados...

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Não. Respeite, respeite...

A SRA. SÂMIA BOMFIM - ... de que forma nós vamos garantir, por exemplo, que as escolas sejam espaços de formação, de respeito aos direitos humanos, de



promoção da igualdade social, e não máquinas de produzir seres humanos para um trabalho alienante.

Vou dizer aos senhores, para concluir, porque o meu tempo está acabando, que a geração que ocupou as escolas no final de 2015 e no começo de 2016 vai cobrar a conta. Os senhores podem esperar. Pode vir Escola sem Partido, podem tentar tirar o gênero da discussão do PNE, podem fazer o que quiseram. Essa geração vai cobrar a conta. Já está cobrando, já está se mobilizando. Se os senhores não estão muito acostumados a lidar com a verdade e com o contraditório, também se acostumem, porque essa geração vai cada vez mais ocupar os espaços que, infelizmente, os senhores dominam através de troca de favores e de benefício mútuo entre os senhores.

Obrigada. (*Palmas na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Quero agradecer pelas palavras introdutórias à Vereadora Sâmia.

O Relator se sentiu incomodado. Agradeço por ter escutado até o final a fala da Vereadora. Depois vou lhe passar a palavra. A fala do Relator tem preeminência sobre qualquer fala.

Como Presidente em exercício da Comissão, Vereadora Sâmia, e entendendo a sua livre manifestação, o convite desta Comissão e a liberdade garantida da fala até o final, em relação a todas as falas que atacaram a Câmara dos Deputados — e não foi uma só vez, foram algumas vezes —, eu gostaria de pedir à Assessoria que retirasse das notas taquigráficas, porque isso não contribui com a democracia. (*Manifestação na plateia.*) Ataques a esta Casa... Este é um Poder que deve ser respeitado.

Vou passar a palavra ao Relator.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Sr. Presidente, tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Depois.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Quero só saber se o vídeo vai ser mantido na íntegra ou se vai ser censurado.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - A senhora não tem a palavra agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O seu videozinho, para mostrar para o seu eleitorado, você pode levar.



A SRA. SÂMIA BOMFIM - Ah! Está bem. Muito obrigada. A verdade é importante ser dita para o conjunto da população.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - A senhora não tem a palavra agora, Vereadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - A senhora terá a palavra posteriormente. Agora vai falar o Relator.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Isso é próprio do PSOL, não respeitar a democracia.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - E é próprio do senhor...

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - "V.Exa.", "V.Exa."!

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Você quer censurar o meu direito de fala...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - V.Exa. já teve a palavra por 20 minutos. Agora a palavra está garantida ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - V.Exa. está aqui porque eu aprovei o requerimento. Por isso V.Exa. está aqui.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Muito obrigada pelo convite.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Escute a minha fala...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Por favor! Ele está falando. V.Exa. conhece as regras.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Então, se conhecem as regras, por favor, respeitem as regras. Caso contrário, esta Presidência vai ter que tomar uma medida imprópria e indesejada.

Eu quero garantir ao Relator da matéria a palavra. Como ele ouviu, e todos os Parlamentares presentes ouvimos V.Exa. o tempo todo, V.Exa. tem que ter o mínimo de respeito democrático, para aprender a ouvir também.

Por favor.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - V.Exa. realmente deixa muito claro o procedimento do partido que V.Exa. representa aqui. É uma falta de respeito tremenda...



A SRA. SÂMIA BOMFIM - E o senhor...

(O microfone é desligado.)

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - V.Exa. cale-se neste momento, porque eu estou com a palavra. Se V.Exa. quiser me ouvir, como eu ouvi V.Exa. falar tanta baboseira em alguns momentos, eu gostaria de me posicionar.

Não estou falando ainda como Relator, sobre as perguntas que farei, apenas sobre os posicionamentos que V.Exa. colocou aqui, que vejo como de profundo desrespeito para com esta Comissão. Se V.Exa. acha que estamos gastando dinheiro à toa, V.Exa. deveria cuidar da sua Câmara de Vereadores, e não daqui. (Palmas.) Nós sabemos o que estamos fazendo aqui. Então, cobre da Câmara de Vereadores! Nós estamos fazendo nosso trabalho aqui e, como V.Exa., fomos eleitos para isso.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - (*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Respeite-me! Respeite-me, porque V.Exa. aqui é convidada, e eu sou um Parlamentar. V.Exa. não está na sua Casa Legislativa. Coloque-se no seu lugar!

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Não vai me amedrontar, não!

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Nem V.Exa. a mim!

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Eu não tenho medo de cara feia!

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - E você acha que eu tenho medo de você?

A SRA. SÂMIA BOMFIM - (*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Coloque-se no lugar!

A SRA. SÂMIA BOMFIM - (*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - É mulher, mas já falou aqui hoje. Regimentalmente, agora tem que escutar!

A SRA. SÂMIA BOMFIM - (*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sr. Relator, eu gostaria que não houvesse conversas paralelas.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - O.k. Eu volto a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - V.Exa. já fez sua manifestação.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Eu respeito. Respeito o Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Passo a palavra ao Sr. João Carlos da Costa Meira, segundo convidado. S.Sa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOAO CARLOS DA COSTA MEIRA - Muito boa tarde, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar nesta reunião para expor as impressões que eu tenho tido sobre este assunto e para contribuir com algumas reflexões sobre o tema Escola sem Partido.

Meu nome é João Carlos Costa, sou professor formado em Letras e Filosofia. Há 13 anos, trabalho em escola pública, no Ensino Fundamental e, principalmente, no Ensino Médio. Estas discussões sobre escola sem partido têm se acalorado no Brasil ultimamente, e as pessoas perguntam a nós professores o que achamos e o que pensamos: se somos contra ou a favor.

Eu acho que o grande problema do brasileiro é ser contra e a favor muito rapidamente. Este assunto exige muita filosofia e muita reflexão. Nós não podemos nos posicionar tão rapidamente contra ou a favor.

Quero adiantar que eu não sou a favor de uma lei quando ela coloca censura no processo ensino/aprendizagem, quando proíbe o professor de expor seus pontos de vista, ou quando restringe alguns conteúdos, dizendo que este ou aquele assunto deve ser desenvolvido em sala de aula, e outro, não. Eu acredito que isso, de certa forma, pode vir a negligenciar o direito do aluno de receber uma educação completa e uma educação diversificada.

No entanto, eu não posso negar alguns motivos que embasam este projeto, principalmente quanto à manipulação covarde de matérias curriculares e seu desenvolvimento da forma como ele tem sido apresentado nas escolas. Isso tem favorecido, sim, ideologias partidárias e a doutrinação.

Eu vim aqui falar como professor. Não vim apenas colocar uma opinião qualquer de um cidadão que assistiu a um vídeo no Youtube. Eu trabalho com este currículo desde 2011. Não adianta, gostando ou não, mas nós sabemos que, em todas as esferas da educação pública, desde a pré-escola até à faculdade, existe, sim, uma influência comunista muito forte, uma influência marxista de esquerda. Isso já está provado. É ponto pacífico.



Eu queria partilhar com os senhores nesta tarde alguns conteúdos curriculares e a forma como eles são orquestrados, justamente com o objetivo de passar algum interesse partidário.

Vou apresentar algumas observações que eu fiz com base no currículo com o qual trabalho. Trata-se de um currículo que foi estabelecido oficialmente desde 2011. Não é baseado em ideias, mas em documentos, em orientações oficiais para mais de 5.600 escolas do Ensino Médio e milhares de escolas do Ensino Fundamental.

Comecemos pelo currículo de Filosofia do 1º ano do Ensino Médio, em que temos Karl Marx fazendo grandes críticas ao capitalismo. Logo no primeiro ano, o aluno já começa a acreditar que o capitalismo é o grande vilão, o grande monstro. Nós sabemos, é claro, os problemas que vêm a partir do capitalismo, mas sabemos também que o problema no Brasil é a corrupção e nossa falta de envolvimento político. Isso é irreversível.

No 2º ano, temos vários filósofos articulados com pensamentos específicos: Kant, Rousseau, Olympe de Gouges, Michel Foucault. Todos eles, num viés, afirmam que a mulher sempre existiu para servir ao homem e para ser subjugada pelo homem. Este pensamento acaba propiciando o destaque para Simone de Beauvoir, que, com várias ideologias, aponta as questões de gênero e afirma sua célebre frase: “*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*”. Por aí, segue uma discussão de gênero muito intensa.

Ainda no 2º ano, com base nestas discussões, o aluno é levado a refletir. Este tratamento diferenciado de meninos e de meninas pode ser creditado apenas à família, já fazendo com que os alunos reflitam que o Estado tem, sim, a capacidade de orientar sexualmente toda a população? Eu digo que não.

Se vocês conhecem as dificuldades de uma escola pública, vocês sabem que nós temos dificuldade em desenvolver o currículo básico. Nós não podemos assumir para nós a orientação sexual de toda uma população. Desculpem! Somos encaixados em categorias sociais preestabelecidas. Para satisfazer determinadas expectativas, somos forçados a assumir um perfil e a tomar atitudes determinadas.

Isso é colocado na apostila sem um contraponto, sem um texto que promova uma ideia oposta.



Eu disse aqui que eu não sou a favor de algo que venha a censurar o professor e o material, mas é preciso rever este currículo. Precisamos colocar os dois pontos de vista. Precisamos dar ao aluno um repertório e subsídios para que ele desenvolva um pensamento crítico e não seja doutrinado de forma unilateral.

No 3º ano, temos referências de Karl Marx e muitas páginas, muitos textos de Antonio Gramsci, filósofo italiano comunista. Temos muitos textos deste pensador. O meu problema não é com estes pensadores porque, como professor, eu devo trabalhar com imparcialidade.

Porém, o que me preocupa, Deputado Flavinho, é que outros pensadores de igual relevância não são mencionados neste currículo, mas vão aparecer no ENEM e nos vestibulares: Maquiavel, Émile Durkheim, Auguste Comte. Grandes expoentes da filosofia e da sociologia aparecem, mas há um destaque, uma supervalorização. Por que existe uma supervalorização destes pensadores em detrimento de outros?

No 3º ano do Ensino Médio, temos um currículo muito extenso, uma apostila enorme. Começa com as lutas do povo pelos direitos, passando pela Revolução Francesa, pela Revolução Americana, pelas revoltas da República Velha, Abolição. Há um grande destaque de 43 páginas para os movimentos sociais: sindical, MST, feminista, LGBT.

Eu quero deixar claro que eu não sou contra estes movimentos. Eu reconheço a importância, sim, deles, mas eu observo uma espécie de visão unilateral que articula certos conteúdos de forma tendenciosa e, como eu já disse, outros conteúdos acabam faltando neste currículo.

Eu gostaria de chamar a atenção para o currículo de Sociologia do 1º ano do Ensino Médio. No Volume 1, da página 5 à página 20, há várias discussões sobre cultura. Essas discussões afirmam essencialmente que todo comportamento humano, que todas as relações interpessoais são uma questão de ponto de vista. Da página 51 à página 61, afirma-se que “*representamos papéis sociais que podem ser facilmente modificados*”.

Na sequência, voltam ideias de Karl Marx e afirmações sobre desigualdades sociais. São usados vários infográficos, com dados estatísticos sobre as diversas formas em que a diferença social é apresentada. Estão aqui as diferenças salariais, da página 38 à página 43.



Depois, há uma lista de desigualdades raciais e vantagens políticas e econômicas que os brancos têm em relação aos negros. Na página 53, há essa tabela sobre o problema do analfabetismo, apontando para as disparidades em relação a sexo, etnia, idade e domicílio.

Adiante, na página 55, há mais infográficos apresentando diferenças sociais: os cargos que os brancos ocupam no Brasil são melhores do que os ocupados por negros. Não estou questionando isso. Eu concordo, apesar de que os dados estatísticos, muitas vezes, também podem ser questionados.

Na página 56, há a afirmação sobre desvantagens salariais, em que os brancos têm salários melhores do que os negros. Não estou discutindo isso aqui.

A página 57 apresenta taxas de desemprego, o que a população negra sofre mais.

Depois que são apresentadas todas essas provas sobre diferença social, entra a desigualdade de gênero, que é o último assunto dessa apostila. Ali está apresentada a foto de um menino e a de uma menina, com seus respectivos brinquedos. O aluno é incentivado a fazer uma lista de brinquedos específicos de menino e de menina e de estereótipos masculinos e femininos.

Finalmente, entram dois fragmentos de texto. Um é de Robert Brym e diz o seguinte: “*O sexo depende basicamente se a pessoa nasce com genitais masculinos e femininos e com um programa genético que nos faz produzir hormônios que estimulam o sistema reprodutor*”. Ou seja, o sexo é apenas um acidente biológico.

“*Já o gênero — segundo Antony Giddens — é formado por sentimentos, atitudes, comportamentos, pela autoidentificação do indivíduo e pelo desempenho dos papéis sociais e culturais*”.

Na sequência, temos outros dois textos do mesmo autor, Antony Giddens. Aqui eu trouxe apenas um pequeno fragmento. O da página 62 diz: “*Os papéis dos homens são, em geral, muito mais valorizados e recompensados do que os papéis das mulheres (...), tais diferenças continuam servindo de fundamento para as desigualdades sociais*”.

Observem que esse fragmento apresenta um problema e também a solução. Se a origem de todos os tipos de desigualdade está na distinção entre o masculino e o feminino, ele está querendo afirmar o quê? Que acabando com o masculino e o



feminino, automaticamente nós acabamos com todos os tipos de desigualdade social que existem. Eu não consigo interpretar de outra forma.

E nós temos um terceiro texto, do mesmo autor, que diz: “*Homens e mulheres estão concentrados em tipos diferentes de empregos, baseados nas interpretações dominantes do que vem a ser uma ideia adequada para cada sexo*”.

Eu acredito sim que as questões de gênero precisam ser discutidas em sala de aula, e é o que eu faço, mas não de forma unilateral ou como se fosse uma propaganda. Eu levo os alunos a pesquisarem o que é e de onde vem essa ideologia, os países onde ela foi aprovada, o que aconteceu, o que modificou. E eles descobrem que na Inglaterra aumentou 1000% o número de crianças confusas acerca da sexualidade; na Suíça, aumentou 500%. Eles descobrem que, no Canadá, os pais que incentivam os filhos a brincarem com brinquedos específicos de meninos e de meninas podem até perder a tutela do filho, e assim por diante.

Então, nós não apresentamos a coisa tão colorida como ela é apresentada na mídia. Eu acredito que o professor precisa ter essa liberdade. E eu a tenho, porque a supervisora de ensino da minha escola e toda a equipe gestora conhecem o meu trabalho e me dão total aval para fazer os contrapontos que faltam na apostila.

Aqui na sequência há uma série de outros gráficos afirmando todos os tipos de desigualdade. Contra dados estatísticos não há como refutar, então ele acaba servindo para reafirmar essa ideia apresentada. O que me preocupa é não haver outro texto.

E, depois, as atividades que se seguem propõem que o aluno, com a ajuda do professor, localize as principais ideias do autor. Onde estão os textos que fazem contrapartida a isso? Eu fico muito preocupado com isso, com essa unilateralidade do conteúdo que é passado para os alunos.

A Constituição diz:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;



*III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas
(...);*

Os pais ou responsáveis têm o direito de que seus filhos sejam educados de acordo com suas convicções morais e não as do sistema educacional.

Vejam bem, não há como dizer que um professor não influencia um aluno. Às vezes, os alunos me perguntam, informalmente, no intervalo: “*Professor, você foi assistir a tal filme? Você gostou?*” Seu eu falo que é bom, eles irão assistir ao filme; se eu falo que o filme é ruim, eles perdem o interesse. A palavra de um professor é uma autoridade sim para o aluno, esteja o magistério desgastado do jeito como está ainda temos uma representatividade para os alunos.

Eu me preocupo quando muitos educadores, muitos colegas meus fazem uso desse conteúdo, desse currículo estabelecido oficialmente para passar um ensino com base em interesses partidários.

É isso que eu venho falar aqui hoje. Não quero dizer que sou contra, que sou a favor, de uma forma imediata, porque acho que ainda preciso me aprofundar muito mais nesse tema. Sou contra sim a censura no processo de ensino e aprendizagem. Acho que esse currículo precisa ser revisto, reelaborado. Acho que deve haver mais orientações para os professores em relação a isso, mas não censura. Acredito que não é esse o caminho.

As leis são uma forma de dizer que a população não tem, muitas vezes, condições de compreender, de entender. Quanto mais leis, menos capacidade de compreensão. É o meu ponto de vista.

Então, agradeço a oportunidade de apresentar essas observações que faço com base na minha prática pedagógica, na minha prática de sala de aula. E espero ter contribuído para que essa reflexão continue e para que possamos aprimorar mais esse projeto de lei.

Muito obrigado. Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Agradecemos ao nobre convidado João Carlos da Costa Meira por sua exposição.

Vou passar a palavra ao Relator, dizendo que esta Comissão, que sempre zela pelo bom debate, pelo respeito democrático, quer continuar contando com a contribuição dos colegas, dos convidados, para que a democracia sempre vença. O



bom diálogo, o respeito mútuo é o que esperamos conseguir até o final desta reunião. Por isso, gostaria de contar com a contribuição dos nobres pares.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu gostaria de pedir desculpas àqueles que sempre acompanham esta Comissão, os que aqui estão e os que acompanham pela minha página no Facebook, porque aqueles que me acompanham desde o primeiro dia desta Comissão até o dia de hoje pela primeira vez me vêm alterado em um pronunciamento. Peço desculpas a vocês que realmente acompanham os nossos trabalhos e sabem da seriedade desta Comissão e deste Relator.

Eu me senti profundamente ofendido com as palavras da convidada, mas ela está em seu total direito, e eu respeito o direito dela. Mas também tenho o direito, inclusive como Parlamentar, na minha Casa de origem, de me posicionar e dizer que me sinto profundamente ofendido e agredido por essas palavras.

Respeito profundamente o PSOL. Inclusive, ali há pessoas com quem tenho relações muito boas, como Parlamentar. Acho que assim deve ser em uma Casa parlamentar. Devemos nos relacionar muito bem com todos. Porém, divergimos dos pontos ideológicos — cada um tem o seu —, e isso também faz parte da democracia.

Mas, de forma especial, hoje, não pude deixar de me manifestar da forma como me manifestei. Mas já voltei a um estado um pouco mais tranquilo para fazer este pronunciamento.

Agradeço ao Presidente ter-me garantido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Esta Presidência agradece a V.Exa., Relator.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Infelizmente, algumas pessoas realmente conseguem, muitas vezes, com as suas argumentações e formas de se posicionar, tirar do prumo até mesmo aqueles que são mais centrados. Então, peço desculpas por isso. Mas manterei o equilíbrio.

Como eu disse e digo sempre, nós temos aqui sempre a possibilidade de ter o contraponto. Estava marcada a vinda do Prof. João, e ficamos sabendo que na outra semana não havia sido possível ter a Vereadora aqui, porque ela havia perdido o



voo, se não me engano, e a outra convidada também. Então, quando eu soube que nós tínhamos a possibilidade de incluí-los em uma nova audiência pública, não economizei esforços para que pudessem estar aqui os dois, para que pudessem se posicionar.

Rerito, mais uma vez, que este Relator, desde o início dos trabalhos, tem tentado ser o mais imparcial possível. E, da minha parte, ainda estou tentando fazer isso.

Eu quero destacar aqui alguns pontos da fala da nobre Vereadora, porque acho que têm bastante pertinência para a nossa discussão.

Ela começou falando sobre o início do Escola sem Partido. Eu gostaria apenas de fazer um contraponto, porque acompanho este projeto, se não me engano, desde o início do mandato. E desde antes do mandato, pelo que eu sei, esse movimento, esse projeto... E não falo do projeto de que nós tratamos aqui, especificamente. Eu me refiro ao projeto enquanto movimento.

Eu já disse aqui, acho que duas audiências públicas atrás, que um ponto que eu respeito desse projeto, entre outros pontos de outros projetos que temos aqui e que os nossos nobres convidados às vezes se esquecem de mencionar — nós temos seis projetos nesta Comissão, e isso realmente gera um trabalho intenso, como nós estamos vendo —, é que esse projeto nasceu exatamente da insatisfação de um pai em face da situação que suas filhas viviam na escola, com relação à doutrinação. Até onde eu sei, esse foi o início desse movimento, em 2004.

O Dr. Miguel Nagib, que está aqui, foi o iniciador desse projeto. Ele já esteve aqui em outras audiências públicas, muito antes da Comissão Escola sem Partido, na Comissão de Educação, da qual também sou membro, e me lembro dessa história desde o primeiro ano de mandato.

Então, a informação dada pela Vereadora realmente não tem pertinência, porque a nobre Vereadora dizia que o projeto Escola sem Partido nasceu com a invasão, para eles — para outros, ocupação —, das escolas, no ano mencionado pela nova Vereadora.

A segunda coisa que me chama atenção também em algumas falas, aliás, muitas vezes, bastante agressivas — e, infelizmente, eu já fui obrigado também a me posicionar com relação a isso outras vezes —, é a afirmação de que o que



estamos fazendo aqui é como gerar um aborto. E a nobre Vereadora também citou a situação que estamos vivendo do outro lado, na sala ao lado. É como se nós estivéssemos, como dito pela nobre Vereadora, jogando dinheiro no lixo, jogando trabalho no lixo. E disse ainda que deveríamos estar preocupados com coisas mais importantes, como se a educação no País não tivesse importância nenhuma, porque é disso que trata esta Comissão.

O nobre professor, que realmente trata diretamente com a temática, ou seja, não é um teórico, mas um prático, mostrou-nos de forma muito clara e objetiva problemas que existem, e eu concordo com ele. Mas digo sempre — o Dr. Miguel Nagib e aqueles que acompanham a Comissão sabem disso — que também tenho críticas. Acredito que dá para melhorar muita coisa nesse processo em que estamos aqui. Para isso esta Comissão existe. Até acho estranho a nobre Vereadora não saber para que serve uma Comissão. É para aprimorar os processos legislativos. Acredito que na Câmara de São Paulo também sirva para isso. Mas aqui a Comissão serve para isso, e estamos aqui aprimorando o processo legislativo.

Para que a nobre Vereadora saiba — como ela não está na esfera federal, creio que ela não tenha conhecimento disso —, o projeto barrado, na verdade, foi o de Maceió. E foi barrado no Supremo Tribunal Federal por uma liminar do Ministro Barroso, 1 dentre 11 Ministros. Foi uma decisão monocrática. E não foi em razão de o tema que se discute ser inconstitucional, mas em razão da forma de aprovação, ou seja, em um Estado. Isso é inconstitucional, porque não se pode legislar sobre este tema em âmbito municipal e estadual. Então, essa é uma mentira que eu inclusive já desmystifiquei aqui e o faço mais uma vez, porque não é justo que nós façamos um debate baseado em informações que não são verdadeiras. E, na grande verdade, neste caso, nem tem relevância. Por esse motivo, houve essa intervenção de um Ministro que nós sabemos muito bem que também tem um posicionamento muito claro e explícito com viés ideológico não só nesse tema, mas também em outros.

Sobre o título, eu concordo com a Vereadora. Eu já disse que acho que o título da Comissão, que não era este, no início, acabou gerando certo mal-estar na classe dos professores, como o próprio Prof. João disse aqui, porque o PSOL, especialmente... Eu cito o PSOL porque assim foi. Os vídeos estão aí para mostrar, especialmente o Deputado Ivan Valente, com quem, inclusive, tenho uma excelente



relação e acho uma pessoa que tem coerência excepcional em vários temas, além de ser um dos mais combativos dentro do plenário. Acho que ele tem muita coerência, mas, nesse ponto, infelizmente, foi muito infeliz e até mentiroso em dizer que essa era a lei da mordaça.

Isso acabou gerando para a Comissão certo desconforto com a classe dos professores, com aqueles que muitas vezes não têm acesso maior às informações, até porque estão muito envolvidos com o seu trabalho, como disse o Prof. João, e não dão conta muitas vezes nem de passar o conteúdo pedagógico. E, além de estarem sobrecarregados com a dificuldade de ter que lidar com filhos de famílias desestruturadas. Muitas vezes, esses professores apanham dentro da sala de aula.

Como Vereadora disse, e eu concordo plenamente, também sou um crítico ácido do desvio de dinheiro da merenda no nosso Estado, uma aberração que acontece não só no nosso Estado, mas especialmente no Estado de São Paulo, que tomou proporção na mídia. Infelizmente, isso gerou um mal-estar nos professores.

Nesse ponto, eu também tenho convergência com a nobre Vereadora: o título não tem ajudado nesse sentido. Apesar de ele falar de um problema, infelizmente o título acabou sendo maldito, pelas bocas malditas que o amaldiçoaram, infelizmente.

A Vereadora fez uma indagação — e eu também concordo, no contexto que ela colocou: o que os pais esperam para os seus filhos quando estes vão para escola? E aí eu concordo também com a Vereadora — vejam que concordamos em muita coisa, na verdade. O que os pais esperam é o que nós também queremos e o que estamos discutindo nesta Comissão. Então, é justo que se discuta nesta Comissão, por exemplo, como o Prof. João Carlos mencionou, o que diz o Pacto de San José da Costa Rica e o que diz a LDB — e acredito que a Vereadora também deva conhecer bem, por ser Parlamentar numa cidade que tem uma questão relacionada à educação muito tensa —, o que diz a LDB sobre essa realidade dos pais, o que os pais podem e devem esperar do ensino público. E aí também temos concordância, nesse questionamento.

Entram algumas discordâncias com relação às votações, por exemplo. Soube que a nobre Vereadora disse que eu era um dos 18 da Comissão que votaram contra as mulheres e estava entre aqueles que acobertam bandidos como o Temer. Eu acho que V.Exa. poderia pedir para a sua assessoria ver as minhas votações,



para constatar que votei favoravelmente nas duas denúncias contra o Presidente Michel Temer, votei contra a reforma trabalhista, votei contra a reforma do ensino médio. Digo isso apenas para V.Exa. estar mais bem assessorada.

Eu sou um dos que lutam muito nesta Casa por uma educação de qualidade e faço questão de estar na Comissão de Educação. Estou na Comissão de Educação exatamente para defender uma educação de qualidade, uma educação que tenha a diversidade sem a inclinação ideológica ou o assédio ideológico que muitas vezes nós vemos até mesmo em projetos que tratam da educação. E estou falando da Comissão de Educação, e não desta Comissão especificamente.

Eu também concordo com V.Exa.: a educação do nosso País é subjugada a quase nada. Sou um defensor da educação. Tenho um projeto de lei que trabalha a questão do salário dos professores e sou muito atento a esse tema. Então, nesse sentido também, mais uma vez, V.Exa. e eu temos convergência.

Há outro ponto que V.Exa. colocou com relação ao projeto, que este distorce conceitos constitucionais. Perdoe-me a pontualização, mas quem vai dizer isso somos nós, especialmente este Relator, que está na esfera federal e é quem trata da questão constitucional. Portanto, fique tranquila, porque estou muito atento a isso, e esta Comissão também.

Por último, encerro exatamente dizendo que, se eu fosse totalmente contrário ao Projeto da Escola sem Partido, acredito que, com as palavras de hoje, eu mudaria de posição. Eu mudaria, porque realmente não é a melhor forma de nos posicionarmos contra aquilo que nós acreditamos não ser o melhor para o nosso País, para os nossos jovens. Eu acredito que, mesmo não estando V.Exa., eu e todos nós aqui na mesma esfera de atuação parlamentar, eu acho que o decoro parlamentar, o respeito parlamentar, ainda que haja posicionamentos políticos fervorosos e firmes, ainda que se bata na mesa, o decoro e o respeito fazem parte de uma relação parlamentar.

Portanto, neste ponto, eu gostaria de encerrar dizendo para a senhora que, somente neste ponto e por este ponto, eu fiz a fala como fiz a V.Exa., porque, também como Parlamentar, não admito ser desrespeitado, ainda que seja por uma mulher — porque uma mulher, muitas vezes nesta Casa, quer se fazer valer de mulher para desrespeitar, mas, quando quer ser respeitada, ela se lembra de que é



uma mulher. Mulheres e homens, sim, nós temos que nos respeitar de forma profunda e temos que nos posicionarmos, mas sempre de forma respeitosa. Por isso estou fazendo dessa forma. (*Palmas.*)

Peço desculpas a V.Exa. por ter me exaltado naquele momento, porém mantengo a minha indignação com as palavras dirigidas especialmente a mim, porque V.Exa. generalizou esta Casa. Infelizmente, V.Exa. não se dirigiu a mim, ou ao Deputado que está à minha frente, ou ao Presidente. V.Exa. generalizou inclusive os seus próprios companheiros do PSOL, pois disse “*os senhores nesta Casa*”. Eu acho que não é a melhor forma para nós nos posicionarmos diante de autoridades federais, inclusive de amigas e amigos de V.Exa. que também fazem parte do PSOL.

Com relação à Vereadora Sâmia Bomfim, eram esses os posicionamentos. Como eu disse, em muita coisa convergimos.

Com relação ao Prof. João Carlos, acho que foi muito claro o posicionamento.

Eu sempre gosto de dizer aqui que, quando escuto alguém que traz a prática — e acredito que não somente eu, mas qualquer pessoa —, ela é muito mais movida pela experiência do que pela teoria. V.Exa., ao nos trazer essa experiência tão profunda — como muitas vezes eu já ouvi — do chão da escola, de alguém que realmente experimenta ali no dia a dia essas dificuldades, vê de fato aquilo que nesta Comissão está sendo apontado não por este Relator, mas por autores de outros projetos e por aqueles que também defendem a Escola sem Partido de forma irrestrita e nos apontam essa problemática que V.Exa. nos trouxe hoje.

Agradeço o equilíbrio, agradeço a temperança e, ao mesmo tempo, a eficácia no posicionamento com relação aos pontos que V.Exa. nos trouxe aqui. Muito obrigado.

Agradeço ao Presidente a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - V.Exa. vai falar pela ordem?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu gostaria somente de uma informação: posso falar depois das considerações finais dos nossos palestrantes ou tenho que falar agora?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Pode falar depois, conforme preferir V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Obrigado, eu prefiro falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Agradeço ao nobre Relator as palavras e a volta ao equilíbrio, o que favorece e facilita o trabalho desta Presidência, mesmo que de maneira interina no dia de hoje. Sou um participante desta Comissão desde o primeiro dia e acho que poucas vezes a presidi. Sou testemunha do equilíbrio e do respeito de S.Exa. a todos que aqui estiveram. A Presidência agradece, mais uma vez.

Sendo assim, daremos o tempo de 5 minutos, para as considerações finais, à Vereadora Sâmia Bomfim e ao Prof. João Carlos. Posteriormente, ouviremos o Deputado Paulo Freire.

Quero aproveitar, Deputada Sâmia Bomfim, para explicar que o vídeo está garantido. Foi a sua pergunta.

No calor das falas, para que não haja nenhuma distorção da nossa atuação, faço uma única questão com relação às notas taquigráficas. Para assegurar o respeito democrático, entendo que, no calor da sua defesa, em algum momento pôde... De maneira mais ponderada, pelo exercício da Presidência, acho que, quando se trata da instituição... Assim como é meu dever defender esta instituição, ao exercer a Presidência desta Comissão, eu tenho a convicção de que V.Exa., no exercício do seu mandato parlamentar, também defenderá a instituição da qual V.Exa. hoje faz parte muito dignamente, pelos votos que lhe foram concedidos. Foi somente essa a nossa observação, muito mais em relação ao respeito democrático. Jamais a nossa observação foi feita para censurar uma colega Parlamentar, mesmo que seja de um Poder municipal. Temos todo o respeito à sua presença aqui.

V.Exa. dispõe de 5 minutos para considerações finais.

Posteriormente, falará o nosso convidado Sr. João Carlos, da mesma forma. E termino com o Deputado Paulo Freire.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Eu queria novamente agradecer o convite e a possibilidade de estar presente nesta Comissão para debater este tema. Trata-se de um tema que, como eu disse, apesar de eu achar que não deve ser a prioridade dos Parlamentares não só desta Câmara de Deputados mas também das demais



Câmaras Brasil afora — tendo em vista que, do meu ponto de vista, para lutarmos por uma educação de melhor qualidade e mais direito para os professores e para os alunos, enfim, uma educação da forma como gostaríamos de concebê-la, isso não se dará através de um projeto de lei como o Escola Sem Partido —, ainda assim, o debate com certeza foi bastante produtivo e importante.

Primeiro, eu queria poder comentar sobre as considerações que fará o nobre Parlamentar Paulo Freire, que tem esse nome tão curioso, tão interessante e tão simbólico do ponto de vista do que trata o Projeto Escola Sem Partido.

V.Exa. deve muito bem saber de uma frase de Paulo Freire muito interessante, que diz: *“Ser professor e não lutar é uma contradição pedagógica”*. E eu acredito que este Projeto Escola sem Partido está justamente na contramão dessa concepção, dessa premissa, dessa obrigatoriedade dos professores do Brasil, tendo em vista as más condições a que são relegados constantemente por sucessivos Governos, independentemente das legendas, independentemente de haver poucos Parlamentares... E, sim, reconheço que há Parlamentares que fazem um esforço de garantir o emprego digno e garantir de fato o investimento na educação, mas infelizmente as casas de poder do Brasil, em sua maioria, não têm essa mesma concepção e esse mesmo compromisso.

Por isso vim aqui falar contra o Escola sem Partido, porque acredito que é muito importante a pluralidade de ideias, a pluralidade de ideologias, de concepções, de práticas pedagógicas, de professores que são mais à esquerda ou professores que são mais à direita. Isso também é parte da formação dos alunos, porque é fundamental que as crianças tenham contato com o contraditório, para que possam, individualmente e coletivamente, formar-se enquanto sujeitos atuantes neste mundo, que é um mundo tão difícil. Nós esperamos que essas crianças possam ser cidadãos atuantes, e não somente pessoas que entrem no mercado de trabalho de forma alienada, sem condição inclusive de refletir e de conhecer a nossa própria história, sem condições de atuar.

Infelizmente, não pude ouvir o Parlamentar Paulo Freire. Eu gostaria de comentar um pouco sobre as considerações que V.Exa. fez, Sr. Relator.

Primeiramente, de fato, o projeto não teve início no processo das ocupações secundaristas, mas é evidente que ganhou força durante esse processo. A



necessidade de acelerar a discussão dele em várias casas legislativas inclusive se deu devido à mobilização dos estudantes. Não é à toa que neste momento existe esta Comissão constituída e tantas pessoas publicamente se posicionando com relação a isso.

Inclusive, o fato de a família Bolsonaro ou de Flávio Bolsonaro ter sido o primeiro a propor isso no Estado do Rio de Janeiro mostra que de neutro e imparcial este projeto não tem absolutamente nada.

Há sujeitos que se dizem apartidários, sujeitos que dizem na verdade querer garantir a neutralidade, mas que evidentemente se alinham e coadunam com aquilo que pensa aquele Parlamentar, que, todos sabem muito bem, tem posições muito explícitas com relação a ferir os direitos humanos, por exemplo, a ameaçar Parlamentares mulheres no exercício de sua função — há vídeos amplamente divulgados em todo o País —, a dizer a mulheres que elas deveriam ser estupradas, como já foi dito. Todo mundo sabe, esses vídeos estão amplamente divulgados.

Portanto, o Projeto Escola Sem Partido surge a partir desse setor de Parlamentares que infelizmente se perpetuam em casas legislativas afora.

E desculpe-me, Sr. Deputado, eu não me dirigia a V.Exa. quando falei da Câmara e dos Parlamentares. Eu quis vocalizar uma indignação absolutamente legítima que boa parte da população tem com as casas de poder. E mesmo sabendo que muitas vezes atinge a mim e ao meu partido, continuo achando que é absolutamente legítima. E o senhor sabe bem que os Parlamentares que não coadunam com esse tipo de prática de corrupção, de jogo de interesses, de jogo de favores, de não investir, de não priorizar a educação, os que não coadunam com isso infelizmente são a minoria nos espaços de poder. Por isso, essa generalização é absolutamente legítima, porque é real.

Aquilo que nós pudemos ver na votação do *impeachment*, na votação inclusive que salvou a cabeça do Temer, é absolutamente indignante para o conjunto da população. Generalizar o que a Câmara de Deputados e os Parlamentares fazem cotidianamente é parte inclusive dessa indignação, desse descontentamento com aquilo que é votado no espaço de poder.

Quero dizer do que é, muitas vezes, natural: V.Exa. não é o único que se incomoda com o meu jeito, como V.Exa. colocou, destemperado. Também quero



dizer, com todo o respeito, que é muito comum inclusive que às mulheres nas casas de poder seja atribuído esse tipo de adjetivo. Quando as mulheres são mais enfáticas e incisivas e quando elas vão para o combate, isso é um pouco inesperado para o que se espera da figura de uma Parlamentar, de uma mulher.

Mas vamos, cada dia mais, ocupar esses espaços de poder. Cada dia mais pessoas destemperadas, que falam da forma como eu costumo falar, vão ocupar um espaço como este. Isso é muito importante para o fortalecimento da democracia, para incomodar. Às vezes, é importante sairmos da nossa zona de conforto e refletir sobre o que significa um espaço de poder como este, o que significa a nossa própria atuação parlamentar.

Quero dizer que estou sempre à disposição no que for necessário. Se precisarem me convidar para as próximas vezes, estarei à disposição.

A moça ali não quer minha presença aqui. Isso é motivo de orgulho, porque a senhora provavelmente defende o Projeto Escola Sem Partido. Isso significa que eu a incomodei, e isso para mim é bastante importante. O Sr. Nagib também, que sucessivamente tentava me interromper e me provocar durante a minha fala. Isso para mim também é motivo de orgulho.

Volto para casa com a sensação de dever cumprido. Sempre que necessário, estarei à disposição para barrar projetos inconstitucionais e absurdos como este.

Muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Vindo do senhor, é um grande elogio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Muito obrigado, Sra. Sâmia Bonfim. Agradecemos, mais uma vez.

Quero passar a palavra ao Sr. João Carlos da Costa Meira, por 5 minutos.

O SR. JOÃO CARLOS DA COSTA MEIRA - Eu gostaria de agradecer, mais uma vez.

Olhem, nós estamos acostumados com a sala de aula. Não é fácil estar aqui diante dos senhores, pessoas tão ilustres e tão capazes, que acompanham situações tão complexas como esta. É de tremer na base mesmo! Mas eu agradeço, mais uma vez, a confiabilidade nas minhas experiências.



Aponto novamente que acredito que tenha algo de muito importante neste projeto, mas precisa ser reelaborado, porque, a meu ver, ele responsabiliza muito o professor. O professor já tem uma série de atributos, e muitos deles nem deveriam ser atribuídos a ele, mas acabam sendo. Nós acumulamos muitos encargos a mais, além da tarefa de ensinar. Eu vejo que, da forma como este projeto está sendo desenvolvido, vai responsabilizar ainda mais o professor. E isto é algo que me preocupa bastante: um cartaz em sala de aula, dando ao aluno o direito de questionar o professor.

Nós já temos uma má interpretação construtivista complicada, nas últimas décadas, que leva o aluno a não aprender. E o não aprendizado do aluno acaba soando como se fosse construir o cidadão. É muito complicado o que enfrentamos em sala de aula, todos os dias. Nós vamos dar direitos que não existem e, em nome dos direitos, vamos negligenciar ainda mais os direitos. Então, eu fico bastante preocupado com isso.

E fico preocupado também com esse currículo. Acho que é preciso mexer no currículo, Deputado Flavinho. Isso precisa começar nas faculdades, na formação de professor. Se um professor recebe uma formação plural, obviamente ele vai ter também uma prática nesse sentido. Então, tem que haver várias áreas de atuação para que possamos ter professores realmente capazes de formar esse novo cidadão, esse cidadão crítico, esse cidadão que não compra as ideias.

Nós estamos passando por uma crise moral muito grande no nosso País. Para fechar, eu quero deixar claro que é muito difícil hoje você trabalhar com ética, com valores, Vereadora, porque hoje os artistas da TV se tornaram autoridades em quaisquer assuntos. Hoje, infelizmente, em vez de se chamar o antropólogo, o psicólogo ou o sociólogo para falar de sociedade, chamam-se artistas que muitas vezes, a grande maioria, nem têm atributos para ser artistas, nem têm talento suficiente. E porque não têm moral alguma é que conseguem projeções na mídia, e o que eles falam é lei absoluta.

E é com esse aluno que eu estou lidando. Há aluno de 9º ano que já defende pena de morte, já defende aborto, já defende um monte de coisas que ele nem sabe o que é, porque o ídolo e a maior cantora do Brasil defendem. Desconstruirmos



essas falácia e essas ideologias é muito difícil. Muitas vezes, o currículo não nos ajuda, e outras situações também não.

Agradeço. Era o que tinha a dizer.

Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Boa tarde!

Muito obrigado, mais uma vez, ao convidado Sr. João Carlos da Costa Meira.

Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Freire, eu gostaria de registrar com muita alegria a presença do Prefeito do Município de Porciúncula, do Estado do Rio de Janeiro. O Prefeito Leo Coutinho é um grande amigo. É um Prefeito que, como todos, tem o grande desafio, neste momento tão difícil da vida econômica do País, de levar adiante os desígnios daquele Município no noroeste fluminense.

Quero dar as boas-vindas à Comissão Especial Escola Sem Partido, a esta nossa reunião de audiência com os nossos convidados. Quero que seja bem-vindo! Que seja uma semana produtiva, de muitos resultados para o povo de Porciúncula, que espera boas notícias da sua visita a Brasília.

Deputado Paulo Freire, por favor, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, neste momento, parabenizá-lo pela brilhante condução desta reunião.

Quero agradecer aos palestrantes a presença. À Vereadora Sâmia Bomfim e também ao Prof. João Carlos da Costa Meira, agradeço a participação nesta audiência pública.

Mais uma vez quero parabenizar nosso colega Deputado Flavinho. Ele é uma pessoa que ouve a todos os palestrantes e recolhe tudo de bom, para que possa fazer um bom relatório. Na realidade, o Deputado Flavinho sempre respeitou a todos os palestrantes de maneira muito equilibrada — é como tem se conduzido nesta Comissão.

Concernente a hoje, Sr. Presidente, eu somente gostaria de trazer um comentário à fala do Prof. João Carlos.

Ele falou sobre uma censura, e nós não a temos. Eu não consigo ver neste projeto alguma censura aos professores. Na realidade, o que está sendo proposto neste projeto são leis que já existem. Cada ponto deste cartaz são leis que já existem. O que estamos discutindo é se essas leis devem ser colocadas em um



quadro em cada sala de aula, para que o aluno realmente tenha conhecimento dessas leis e possa argumentar, no caso de estar sendo doutrinado por algum partido, alguma ideologia dentro da escola. Então, não existe nenhuma censura. O que nós queremos, o que estamos debatendo é justamente isto, professor: se esse quadro deve ser colocado ou não, dando direito aos alunos de conhecer as leis e se manifestar, repito, no caso de estar sendo doutrinado.

Eu gostei muito da sua palestra. Ela nos esclareceu bastante, principalmente no que concerne aos currículos. Nós percebemos mais uma vez que esses currículos são unilaterais. Não existe o que a nobre Vereadora falou sobre o contraditório. Isso não existe nessas matérias! Realmente, o senhor tem toda razão: precisam ser revistos esses currículos, para que o aluno possa ter a opção, não é verdade? Havendo o contraditório, ele tem a opção de discutir essa matéria com mais lealdade — eu digo.

No que concerne à nobre Vereadora, parece que ela veio com muita raiva desta Casa, com raiva de todos nós. Na realidade não debateu o projeto. Não foi citado nenhuma vez, nenhuma linha do projeto. Somente houve um pouco de desabafo da Vereadora, concernente a tudo que está acontecendo em nosso País. E pareceu que toda a culpa está na Câmara Federal. Isso não é verdade. Infelizmente, existem alguns nesta Casa que cooperaram, sim, para que o País estivesse nesta situação.

Eu gostaria de dizer mais uma coisa: ficou muito patente, no que concerne às ocupações, que a nobre Vereadora citou, que alguns as veem como invasões. Realmente foi uma invasão dos estudantes, tanto que isso trouxe caos a todo nosso País, quando as escolas foram invadidas por esses alunos. Na realidade, não trouxe nenhum benefício ao País; pelo contrário: dentro das escolas ocupadas, eles se drogavam e se prostituam — foi isso que eles fizeram lá dentro. Essa é a pura realidade! Isso foi comprovado. E houve agressões.

No que concerne ao aborto, eu quero esclarecer a todos que o aborto em nosso País é ilegal. O aborto em nosso País é crime! O aborto é crime! Nós não votamos ali, de maneira nenhuma, a favor do estupro. Não! Não existe aborto legal em nosso País. Existe aborto não penalizado, que é o que está na lei: quando há



risco para a mãe, isso dá direito ao aborto; quando há anencefalia, isso dá direito ao aborto; quando há estupro, isso dá direito ao aborto.

Na Proposta de Emenda à Constituição nº 181, de 2015, não foi excluído isso, que já está na lei. Nós estamos confirmando na lei que o estupro no Brasil é um crime. Não é legal!

Queridos, eu queria somente esclarecer isso. Acho que este debate hoje foi bastante proveitoso, porque os palestrantes realmente mostraram aquilo que vieram defender e nos trouxeram muitos esclarecimentos. Acreditamos ser um bom material para o nosso Relator, para que possamos finalizar essas discussões, votar um relatório e aprovar — eu sou a favor, todos sabem — o Escola sem Partido, que dará respaldo aos nossos Municípios. Ao aprovarmos aqui, naturalmente estaremos respaldando aquilo que já está sendo aprovado no Município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo Freire.

Até gostaria até de fazer uso da palavra, mas já se está na segunda votação nominal, e podemos, inclusive, perder as nossas pontualidades no plenário maior da Casa.

Eu quero agradecer, mais uma vez, aos dois convidados, Sâmia Bomfim e João Carlos da Costa Meira; a todos os assessores que trabalharam nas partes técnicas e nas assessorias legislativas; ao nobre Relator, por mais uma vez estar, do início ao fim da reunião, atento a tudo que se diz; aos Parlamentares; e a todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente reunião.